

**ATA DA
3.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE ODIVELAS**

No dia 19 de abril de 2024, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu-se a Câmara Municipal de Odivelas, nas instalações dos Paços do Concelho – Quinta da Memória, em Odivelas, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS DO ANO DE 2023. (DJAG/DFA)

PONTO DOIS – PROC. N.º 15/DMGAG/2024 – SIMAR – PRESTAÇÃO DE CONTAS A 31/12/2023 E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2023. (DMGAG) -----

Registaram-se as seguintes presenças: -----

O Senhor Presidente: -----

HUGO MANUEL DOS SANTOS MARTINS -----

Vereadores: -----

EDGAR LUÍS SIMÕES VALLES -----

MARCO PAULO LEMOS PINA -----

ANA SUSANA OLIVEIRA DOS SANTOS -----

FRANCISCO JOSÉ LOURENÇO BAPTISTA -----

NUNO PAULO DE SÁ CARNEIRO BEIRÃO -----

ANA ISABEL COSME GOMES -----

MÓNICA LISA GONÇALVES VILARINHO -----

CARLA PATRÍCIA GONÇALVES NAZARETH -----

JOÃO PAULO DA CRUZ ANTÓNIO -----

MARIA DA LUZ RIBEIRO NOGUEIRA -----

O Senhor Vereador Fernando Painho, não esteve presente na reunião, tendo sido substituído pela Senhora Vereadora Maria da Luz Nogueira. -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria (Mod. T2) do dia dezassete de abril de dois mil e vinte e quatro, no qual consta que as disponibilidades resultantes de operações orçamentais e de tesouraria se cifram em € 37.358.520,03 (trinta e sete milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e vinte euros e três cêntimos).

PONTO UM - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS DO ANO DE 2023. (DJAG/DFA)

Presente para deliberação, o proposto na informação n.º interno/2024/2629, de 2024-04-12, com o despacho do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve:

INFORMAÇÃO:

Considerando que:

- compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
- nos termos da alínea l) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I da referida Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas;
- é conferida à autarquia local, a competência, por força da alínea a) do n.º 2 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, em matéria de autonomia financeira para a elaboração dos documentos de prestação de contas;
- nos termos do art.º 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os documentos da prestação de contas individuais locais são apreciados pelo seu órgão deliberativo, reunido em sessão ordinária no mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam; com a aprovação das contas do Município, ficam apurados os valores referentes ao ano económico de 2023, sendo o resultado líquido do exercício de 6.655.816,85 € e o saldo de gerência para o ano seguinte de operações orçamentais de 42.006.938,94 €;

Assim tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal:

a) Nos termos e para os fins previstos no Sistema de Normalização Contabilística – Administração Pública (SNC-AP), os documentos de prestação de contas do ano de 2023 do Município de Odivelas;

➤ Aprovar o resultado líquido do exercício de 6.655.816,85 € e que o mesmo seja levado para incorporação na conta 59 – “Resultados Transitados”.

2. Apreciar e submeter à Assembleia Municipal, o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação do Município de Odivelas que faz parte integrante da Prestação de Contas. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE: -----

“Ao SAOM,-----

1. Para inclusão na OT da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de 19.04.2024; -----
2. Em caso de aprovação, o processo será remetido à AMO para apreciação e votação.” -----

A Senhor Vereadora Ana Isabel Gomes, pela bancada do PPD/PSD, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, funcionários, dirigentes municipais, público a assistir. Sr. Presidente ouvimos com atenção a sua prestação de contas neste dia em que se faz um balanço da atividade concretizada e do seu impacto na saúde financeira do Município. Obviamente que saudamos as contas equilibradas que a Câmara Municipal neste momento apresenta. Honrar compromissos financeiros é importante, ter capacidade de investimento futuro é fundamental e, portanto, não podemos deixar de saudar a boa situação financeira que o Município apresenta. Em síntese, há um dado aqui que merece comentário: relativamente à arrecadação de receita e à preocupação que manifestou do ponto de vista do desempenho da receita concluímos que apesar do cenário de inflação e de profunda incerteza internacional que o nosso País e o mundo vivem que a arrecadação de receita praticamente se manteve inalterada, ou seja a redução é de 0,1%. Assim, a dívida da Câmara Municipal recuou e, portanto, estes são números que permitem à Câmara Municipal ter um grau de exigência para novos projetos e investimentos que tardam em ser executados e que permitiriam resolver no Concelho problemas que permanecem há décadas. Saudamos, uma questão que, também, reputamos de importante: o pagamento a fornecedores num prazo bastante curto. É fundamental que a administração pública pague a fornecedores em tempos razoáveis. Câmaras Municipais que pagam tardiamente correm o risco de pagar mais pelas aquisições que lançam no mercado, porque a expectativa dos fornecedores é receber tarde. Sempre que a administração pública se atrasa nos pagamentos cria problemas de tesouraria nas empresas que têm compromissos com a segurança social, com empregados, entre outros. Para além do problema frequente, por exemplo, que se passa na saúde. Nos hospitais portugueses assiste-se amiúde à rutura de medicamentos, de vacinas, rutura de bens essenciais porque o Estado Português não honra os compromissos, vai comprar e não paga. Centrando-nos nesta Prestação de Contas e nas prioridades políticas definidas pelo Partido Socialista, há aqui atividades que não tiveram o grau de execução que esperaríamos e gostaríamos de perceber porquê. Relativamente a equipamentos escolares - jardins de infância e escolas básicas - estava previsto um montante de investimento considerável, três milhões setecentos e quarenta e cinco mil euros, o montante

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

executado cifrou-se num milhão e quatrocentos mil euros (números redondos) ou seja, com um grau de execução de 40%. Portanto, gostaríamos de perceber que intervenções ficaram adiadas, ou seja, porque é que este montante tão elevado ficou inscrito impedindo que outros projetos fossem realizados. Também relativamente a áreas que reportamos de alguma importância, a remodelação da frente urbana do rio da Costa, em Odivelas, aqui, também tínhamos uma quantia considerável de seiscentos e quinze mil euros previstos, nada foi executado. Gostaríamos de perceber porquê. Se não havia a expectativa de o mesmo ser executado, não deveria ter sido inscrito e a verba poderia estar alocada a outras prioridades. Relativamente à questão do Mosteiro de S. Dinis que o Sr. Presidente na sua intervenção referiu, tínhamos um montante inicial inscrito de 850 mil euros foram executados 200 mil. Uma execução na ordem dos 20%. Gostaríamos de perceber que expectativas havia e nessa medida porque é que não foi cumprido essa execução prevista. Também relativamente ao sector empresarial tínhamos a Start in, incubadora de empresas, com uma verba inscrita na ordem dos 320 mil euros, nada foi executado. Existe explicação? A mesma coisa relativamente à T14. Tinha um montante inscrito de 300 mil euros, também, nada foi executado. Qual o motivo da inscrição de verbas que todas juntas acabam por ter impacto orçamental se depois a sua não realização acaba por impedir que outros projetos com relevância sejam desenvolvidos. No final de 2022 e já durante o ano de 2023 o orçamento inscrito não previa relevante investimento em ações no domínio da prevenção das cheias e da criação de condições de resiliência no Concelho para enfrentar chuva abundante. Estava, no entanto, previsto um estudo para prevenir cheias em Odivelas, esse estudo não foi feito. Nem medidas, nem estudo. Está tudo bem em matéria de prevenção de cheias e de proteção de pessoas e bens. São estas em síntese as questões.-----

A Senhora Vereadora Carla Nazareth, pela bancada do PPD/PSD, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, funcionários, dirigentes municipais, público a assistir. Sr. Presidente quando observamos o grau de execução da repavimentação e também ao nível dos arruamentos, verificamos que o valor executado é mais baixo do que o montante que estaria previsto para 2023. Salientando que ao nível da repavimentação efetivamente o grau de execução foi cerca de 21%, gostaríamos de saber qual o motivo deste valor tão baixo ao nível da execução principalmente quando sabemos que ao nível das ruas do nosso Concelho ainda existe muito por fazer. Obrigada.-----

O Senhor Presidente, pela bancada do PS, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

Quero começar por agradecer, de forma muito sincera, as palavras elogiosas com que foram descritas as contas do município, que são motivo de orgulho para todos nós.-----

Queria apenas fazer alguns breves esclarecimentos e, no final, partilhar algumas notas importantes.

Em primeiro lugar, relativamente à vereadora Isabel Gomes, quero dizer que tive o cuidado de explicar anteriormente a questão dos valores, e por isso reconheço que poderia ter havido margem para indução em erro — pelo que peço desculpa. Nós temos 2,4 milhões de euros em impostos diretos, mas os 2,6 milhões que recebemos estão associados ao exercício de competências descentralizadas. Ou seja, esses valores não foram recebidos para abater dívida ou compensar o aumento dos custos com recursos humanos — foram para o exercício de competências atribuídas. Aliás, compreendo que a vereadora não disponha de toda a informação, mas podemos confirmar, creio que sim, que houve um aumento no rácio de recursos humanos na área da educação, com assistentes operacionais e técnicos, nomeadamente assistentes técnicos nas secretarias.-----

Na saúde, por exemplo, temos 10 assistentes operacionais que ainda nem foram transferidos formalmente — é um processo ainda pendente. Estive ontem a ler a ata da reunião sobre a descentralização, que contou também com a presença do Senhor Vice-Presidente e do Senhor Diretor Municipal, e foi feita uma monitorização exaustiva de todas estas questões. O contrato-programa foi assinado, mas os 10 operacionais ainda não foram transferidos, o que naturalmente terá impacto no aumento de custos futuros.

Relativamente ao prazo médio de pagamentos, quero agradecer à vereadora Ana Isabel Gomes. Gostei muito da forma como abordou o tema. De facto, garantir prazos curtos de pagamento significa também apoiar a nossa economia local: as empresas conseguem cumprir os seus compromissos, comprar matérias-primas, pagar salários. Essa é uma dimensão muito importante, e agradeço o reconhecimento. -----

Sobre os equipamentos escolares, temos duas vertentes. A primeira prende-se com a Escola da Amoreira, que teve alguns atrasos — já vieram aqui à reunião de Câmara, na última quarta-feira, os trabalhos adicionais que foram necessários. Neste momento, temos cerca de 3 milhões de euros em execução. A segunda questão refere-se à remodelação da frente ribeirinha da Costa. O atraso deveu-se ao Tribunal de Contas: adjudicámos a obra, salvo erro, há mais de um mês, mas o Tribunal colocou questões por duas vezes. Ainda assim, esclarecemos que o único critério da adjudicação foi o preço mais baixo — não houve qualquer contestação por parte das empresas concorrentes. Apesar disso, estivemos envolvidos, passo a expressão, num verdadeiro "ping-pong" com o Tribunal de Contas.-----

Infelizmente, este é um problema transversal — todos gostaríamos de executar mais rapidamente: a administração central, a administração local, as IPSS. Olhe-se para a situação da obra na Luís Pereira da Mota: falámos com o presidente da entidade promotora e até hoje a candidatura ainda está pendente. Lançámos a primeira pedra, mas deparámo-nos com dificuldades burocráticas, atrasos sucessivos... e estamos a falar de algo fundamental.-----

O trabalho no Mosteiro, por exemplo, exigiu um diagnóstico estrutural exaustivo. O nosso diretor municipal tem feito um acompanhamento diário, mas enfrentamos outra dificuldade: neste momento, não há empresas

suficientes para responder a tanto volume de trabalho. Toda a administração pública está a candidatar-se a fundos comunitários, a lançar projetos, a executar obras — o que cria um congestionamento generalizado.

No que diz respeito à obra da T14, a Câmara da Amadora está a cumprir com a sua parte, nomeadamente as expropriações. Falei ontem com a presidente da Câmara da Amadora sobre este assunto. Estamos a trabalhar para que se concretize — até porque temos a obra adjudicada. A Câmara da Amadora já resolveu o problema com o IHRU, e agora o entrave está na suspensão das normas do PDM, necessária para podermos avançar. Estou preocupado: está a demorar muito, apesar de todos os esforços.-----

Sobre as cheias — apesar do vereador João António poder detalhar mais — estamos a lidar com uma situação que ultrapassa o município. A rede hidrológica da Área Metropolitana de Lisboa requer uma intervenção coordenada. Temos mantido reuniões com a APA, e estão a ser realizados estudos para responder aos problemas identificados, nomeadamente na Póvoa de Santo Adrião.-----

Gostaria também de referir uma questão que me incomoda: a verba da "instalação". Temos um processo pendente no Tribunal da Relação que ainda não foi decidido, e que nos impede de encerrar esta rubrica, o que acaba por afetar negativamente a nossa execução orçamental.-----

Sobre os impostos diretos, temos feito um esforço consistente de redução — veja-se, por exemplo, o IMI. Mas tenho de partilhar a minha preocupação: os autarcas, hoje, enfrentam dificuldades semelhantes às dos médicos, professores, forças de segurança e outros profissionais da administração pública. O Governo tem vindo a tomar medidas que diminuem as receitas dos municípios — como a isenção de IMT para jovens até aos 35 anos na compra da primeira casa —, mas sem criar mecanismos de compensação automáticos. Em Odivelas, a derrama tem um peso residual quando comparada com municípios como Lisboa, Cascais ou Oeiras. E como esses municípios têm receitas próprias robustas, não recebem do Fundo de Financiamento da Administração Local, ao contrário de Odivelas.-----

Além disso, o aumento dos custos com matérias-primas, inflação e recursos humanos agrava ainda mais a situação. Veja-se a área metropolitana de Lisboa: no Portugal 2020, tínhamos 850 milhões de euros disponíveis; no Portugal 2030, temos apenas 350 milhões. Odivelas tem 5,7 milhões atribuídos — um valor manifestamente insuficiente. Só a Escola do Mosteiro exige mais de 60% desse montante. A taxa de comparticipação é de 40%, o que significa que temos de garantir 60% do investimento com fundos próprios. Estamos a tentar manter a nossa capacidade de investimento sem comprometer os serviços públicos. A divisão policial de Odivelas, o Parque da Cidade, os três centros de saúde, a requalificação das escolas — não queremos desistir de nada. Não vamos abrandar. Mesmo no contexto difícil do Portugal 2030, com pouco financiamento disponível, continuamos a avançar.-----

Sabemos que tudo demora muito — seja o visto do Tribunal de Contas, seja a consignação da obra. Os processos são lentos e complexos. A vereadora referiu o apoio do Continente... ora bem, temos de contar com a chamada "regra dos 24 meses". Em 2025, teremos uma execução de IMT mais baixa porque vamos buscar valores de 2022 — que foi um bom ano. 2024, no entanto, está a ser fraco.-----

O nosso compromisso é claro: não baixar os braços. Vamos continuar a investir nos trabalhadores, nos recursos humanos, e ser cada vez mais exigentes e criteriosos nos nossos investimentos.-----

Relativamente às repavimentações, temos cerca de 2 milhões de euros em curso. Os concursos demoraram cerca de 11 meses desde o lançamento, e isso não se deveu a inércia, mas sim à complexidade dos procedimentos públicos — erros, omissões, respostas aos tribunais, etc. Ainda assim, as pavimentações em Odivelas e na Póvoa de Santo Adrião já estão em andamento, e até maio/junho estarão concluídas.

Finalmente, quero destacar o que foi referido pela vereadora Maria da Luz: muitas das ambições antigas estão finalmente a ganhar forma — como o Olival do Pancas e a Estratégia Local de Habitação. É verdade que os processos são lentos, não só em Odivelas, mas a nível nacional. Mas temos feito apostas firmes: garantimos a extensão do Metro, a linha Violeta, o investimento nas esquadras, nas escolas e nos equipamentos desportivos. Fizemos um caminho longo, com resultados. -----

Vivemos tempos difíceis, mas preparámo-nos bem para os desafios do futuro. Se as condições forem melhores, faremos mais e melhor. Se forem piores, faremos o que estiver ao nosso alcance — mas sem abdicar do que projetámos e programámos. -----

Era isso que queria partilhar convosco. Muito obrigado. -----

A Senhora Vereadora Ana Isabel Gomes, pela bancada do PPD/PSD, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

Sr. Presidente ouvi a informação que foi dando, e não posso deixar de comentar. Quando questioneei a baixa execução dos jardins de infância e Escolas Básicas porque eram 3 milhões e setecentos mil euros previstos e foram executados 1 milhão e quatrocentos mil euros não me estava a referir à EBI/JI da Amoreira porque essa sim tem uma rubrica própria e, foram dadas informações do porquê do atraso na sua execução, dado que está com uma execução de 12%. Foi propositadamente que não a citei, porque recentemente aprovámos a adjudicação. A questão em concreto é para equipamentos escolares, jardins de infância e escolas básicas. Sabemos que uma boa parte do parque escolar mantém necessidades que estavam identificadas na carta educativa e que nós conhecemos do terreno e das queixas de pais, portanto, porquê esta baixa execução? Relativamente à questão das cheias e à informação que deu, de estarmos dependentes de uma intervenção conjunta no domínio da área metropolitana de Lisboa, pois, com certeza que esta matéria é transversal à área metropolitana de Lisboa e, até porque a própria rede fluvial é transversal a vários municípios. Agora o estudo a que me referi é um estudo que vem desde há anos transitando, até antes da ocorrência e dos incidentes de 2022, este estudo estava inscrito. Continua por executar, mas para além das questões do estudo, há intervenções de proximidade e nós oportunamente já alertámos para elas por diversas vezes, que passam, porexemplo, por garantir a segurança rodoviária. Existem pontos de perigosidade para condutores e peões no Concelho que devem ser eliminados e

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

garantida segurança, prevenindo que futuros acidentes, como aquele que ocorreu em 2022 que determinou a perda de uma vida humana, possam vir a ocorrer. Até porque também é para isso que as pessoas pagam impostos. Recai sobre as pessoas um esbulho fiscal que tem impacto nomeadamente nas questões da habitação. O Partido Socialista acordou para a crise da habitação e para o drama do acesso à habitação. E o que é que fez nestes últimos anos do ponto de vista da promoção de mais habitação pública, aqui no Concelho ou no país? Promoveu com dimensão construção de habitação? Reabilitou imóveis devolutos que tem em sua posse? Não. O Município de Odivelas esteve durante anos estagnado, zero políticas de fundo em matéria de habitação. Com a exceção da Urbanização da Arroja o parque habitacional de posse municipal foi herdado de Loures e do extinto IGAPHE. Também nesta matéria no âmbito do Programa 1º Dto há um manifesto atraso na execução e na promoção de nova habitação pública, destinada apenas ao regime de renda apoiada, que se destina às pessoas de mais baixos recursos. E a população de rendimento intermédio? Não podemos é sistematicamente ir promovendo estudo, após estudo, diagnóstico após diagnóstico, década após década e nas 5 décadas de celebração do 25 de abril a questão da habitação ser um problema ainda mais grave. Mais do que discursos políticos a celebrar a liberdade precisamos de bem-estar material para as pessoas, porque liberdade sem dinheiro não é verdadeira liberdade. A pobreza é uma forma de privação de liberdade, porque as pessoas não são livres nas suas escolhas individuais. Em matéria de redução de impostos ainda bem que o PSD a nível nacional trouxe esta questão para a ordem do dia para que se comece a perceber como é que os Municípios e a Administração Central podem fazer mais com menos, porque isso é uma forma de libertar as pessoas e as empresas de uma excessiva carga fiscal. O Sr. Presidente na sua intervenção inicial falou no bom desempenho da derrama. Mas a ambição municipal deveria ser a captação de empresas de valor tecnológico de média e grande dimensão, porque o tecido empresarial do Concelho é um tecido empresarial de pequeníssimas empresas com um baixo perfil tecnológico. Por essa razão, a ambição deve ser fixar empresas que tragam valor, riqueza e possam atrair investimento. Para isso, para além de atuar no domínio da Derrama, no domínio do planeamento estratégico e urbanismo projetos que estão há espera da luz do dia há anos poderiam ajudar, tornando o concelho mais atrativo em muitos domínios. As manchas de pobreza que Odivelas tem, de pobreza social e territorial - estou a falar da vertente sul, de bairros como o Barruncho e a Vertente Nascente - não são compatíveis nem aceitáveis nas 5 décadas do 25 de abril que agora celebramos. Deveríamos estar em níveis de existência onde a dignidade fosse um dado adquirido." -----

O Senhor Presidente, pela bancada do PS, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

Queria apenas deixar claro o seguinte: ninguém aqui está contra a redução de impostos. Muito pelo contrário — somos a favor da redução fiscal e também a favor da valorização do trabalho, ou seja, do aumento dos rendimentos de quem trabalha. -----

No entanto, é importante lembrar que, quando se reduzem impostos, alguém tem de suportar essa quebra de receita. Por isso, é fundamental que os municípios sejam ressarcidos por essas perdas, sob pena de vermos comprometida a sua capacidade de investimento e de resposta às necessidades da população. Esta é, aliás, uma preocupação transversal a todos nós, que temos refletido sobre estas matérias. -----

Em relação à questão que foi levantada pela Senhora Vereadora, gostaria apenas de esclarecer que algumas das intervenções em escolas a que se referiu dizem respeito a obras que não foram pagas em 2023. Ou seja, são processos ainda em curso, que não chegaram a ser executados nesse ano. -----

Na verdade, o valor executado foi de 1,4 milhões de euros — e não de 1,9 milhões, como foi referido. Além disso, havia um total previsto de 3,7 milhões de euros para essas intervenções, mas muitos desses trabalhos ainda não foram faturados, estando em fases de execução ou de tramitação administrativa.---

Colocado à votação foi aprovado por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores da bancada do PS, com os votos contra dos Senhores Vereadores da bancada do PPD/PSD, do Senhor Vereador da bancada do Chega e da Senhora Vereadora da bancada da CDU, a Prestação de Contas do Município de Odivelas do ano de 2023. -----

O Senhor Presidente, pela bancada do **PS**, apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: -----

“Apresentamos a Prestação de Contas do Município sob uma conjuntura difícil, a nível internacional, mas também nacional. -----

Além da prolongada guerra na Ucrânia e da crise no Médio Oriente, cujas consequências têm sido, visivelmente, devastadoras em termos económicos, sociais e humanitários, soma-se ainda o clima de grande instabilidade política no nosso país, com a demissão do Primeiro Ministro e a dissolução da Assembleia da República que provocaram novas eleições legislativas. -----

Pese embora este contexto adverso, de grande incerteza e complexidade, o ano de 2023 caracterizou-se pela estabilização e recuperação financeira, com a economia portuguesa a crescer 2,1%. -----

A inflação, sempre com enorme impacto nos orçamentos familiares, atingiu 5,3% em 2023, registando uma diminuição face aos 7,8% verificados em 2022, em virtude dos efeitos da redução dos custos de produção e das decisões de política monetária do Banco Central Europeu. -----

Foi perante todo este cenário que a Câmara Municipal de Odivelas desenvolveu a sua atividade em 2023, dando continuidade ao investimento no território e ao apoio aos setores da população mais vulnerável, de forma a prosseguir o caminho de desenvolvimento e coesão que tem vindo a ser trilhado. -----

Um ano em que a atividade da Autarquia se destaca pela **Consolidação Financeira**, por **Menos Impostos Cobrados e arrecadados** (menos 5% em Impostos Diretos e menos 2.4 M€ nas contas da autarquia, face a 2022), por uma **Aposta na qualificação territorial** e pelo firme **Investimento nas Pessoas**. Um ano de 2023 de **Planificação**, marcado também pela projeção de importantes investimentos municipais.

Com a robustez das Contas municipais alcançada, será possível concretizar projetos de grande impacto local, como a Reabilitação do Mosteiro de Odivelas, o Grande Parque da Cidade, as 3 novas Unidades de Saúde ou a Divisão Policial de Odivelas. **De sublinhar que, no final do ano, já estavam 28,8 M€ em compromissos assumidos.** -----

Uma vez mais repete-se a atitude séria, de rigor e responsabilidade assumida pelos eleitos do Partido Socialista., nos principais órgãos locais de decisão, nomeadamente nas Juntas de Freguesia, na Assembleia e na Câmara Municipal. -----

Estiveram e continuam determinados em perspetivar o futuro e em concretizar um poder local de ação, responsável, de compromisso e de confiança, sempre focado na valorização do território e na melhoria da qualidade de vida das pessoas. -----

Destaca-se, portanto, que o Município de Odivelas terminou o ano de 2022, com um **Ativo Líquido valorizado em 415.855.982,54 €, verificando-se um aumento de 9.8 M€, +2,4% comparativamente ao ano de 2022.** -----

O Passivo total municipal regista um decréscimo de 19,4%, face ao exercício de 2022, que resulta, essencialmente, da diminuição da rubrica do passivo corrente "*financiamentos obtidos*", resultado da amortização parcial antecipada do empréstimo referente à "*Odivelas Viva*". -----

O ano terminou, assim, com um Passivo de 26.692.914,74 €, sendo constituído em 50,7% por passivo corrente e em 49,3% não corrente. Realce para o serviço da dívida bancária (juros e amortizações) que atingiu um valor superior a 7 milhões de euros, representando desta forma 6,5% do total pago. Este valor reflete a decisão estratégica de realizar uma amortização parcial extraordinária, no montante de 6 milhões de euros, do empréstimo CGD - Odivelas Viva, em virtude do aumento abrupto das taxas de juro indexantes. O trabalho sério, empenhado e responsável deste Executivo Municipal materializou-se na consolidação da situação financeira da Autarquia, registando-se um **Resultado Líquido do Exercício positivo de 6.655.816,85 € e uma descida de 33% da dívida municipal, passando de 16,2 M€, em 2022, para 10,8 M€, em 2023.** -----

Assinala-se, ainda, o aumento da Margem Absoluta de Endividamento para 136.687.855,99 € (122.166M€ em 2022) e da Margem Utilizável para 54.675.142,40 € (24.43 M€ em 2022, ou seja, num ano este valor foi duplicado). Uma clara consolidação da capacidade de endividamento municipal que, em 2014, era de 32,86 M€. -----

O princípio do equilíbrio orçamental voltou a concretizar-se, registando se um **saldo corrente positivo** (as receitas correntes brutas cobradas foram superiores às despesas correntes pagas, acrescidas das

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

amortizações médias dos empréstimos de médio/longo prazo) de 16.886.974,92 € (-5.597.860,58 € relativamente a 2022). -----

No que diz respeito aos **fluxos de caixa**, existindo um saldo inicial de 44.765.001,66 €, e sendo a despesa global mais operações de tesouraria (108.977.001,37 €) superior em 811.652,19 € à receita efetivamente cobrada mais operações de tesouraria, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 43.953.349,47 €. Este saldo é constituído por 42.006.938,94 € de saldo de operações orçamentais e por 1.946.410,53 € de saldo de operações de tesouraria. -----

As Despesas com o Pessoal foi a mais representativa dos agrupamentos da despesa, com um peso de 32,9% (+3.6 pp face a 2022), tendo registado uma execução de 35.6 M€ (+12.5%, que representam cerca de mais 4 M€, em relação ao ano anterior. Face a 2021 o aumento é de 6 M€). -----

Este aumento está relacionado com: -----

- O aumento de número de trabalhadores/as. No final de 2023 eram 1.627, o que representa um saldo positivo de 70, face a 2022; -----
- Os valores pagos por alteração da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) a um total de 703 trabalhadores/as, com um acréscimo mensal de 41.997,22 €, (diferença de 709,46 € para 769,50€) e semestral de 293.980,54 € (incluindo subsídio de férias); -----
- O aumento salarial, de acordo com a legislação em vigor, resultando num acréscimo mensal de 118.522,02 € e trimestral de 355.566,06 €; -----
- O aumento do subsídio de refeição de 4,77 € para 6,00 €. Esta medida abrangeu 1.583 trabalhadores/as, totalizando um acréscimo no valor mensal de 40.888,89 € e semestral de 204.444,45 €; -----
- O aumento salarial intercalar de 1%, resultando num aumento mensal de 56.346,44 €; -----
- A alteração obrigatória de posicionamento remuneratório para 110 trabalhadores/as, no valor de 12.000,00 €/mês, incluídos os encargos da Entidade; -----
- A alteração facultativa de posicionamento remuneratório (Opção Gestionária) para 197 trabalhadores/as, no valor de 27.300,00 €/mês, incluídos os encargos da Entidade; -----
- A contratação de trabalhadores/as na modalidade de Contrato a Tempo Determinado (CTC), que resultou num aumento da despesa de 210.300,00 €.-----

Sublinha-se que, no que reporta a 2023, ao nível da receita total, o valor arrecadado ascendeu a 107.536.014,25 €, representando uma redução de 0,1% face ao ano transato. É ainda de sublinhar que apesar da receita própria corresponder a 55,2% do total da receita arrecadada, revelador de uma confortável autonomia financeira, as verbas relativas ao Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) registaram uma variação negativa de 12%, fruto do abrandamento do mercado imobiliário cuja tendência prevê acentuar-se em 2024. -----

Quanto ao **Prazo Médio de Pagamentos**, importa destacar a redução bastante considerável verificada no espaço de pouco mais que uma década. De 327 dias em 2011 passou para 22 dias em 2020 e para 16 dias

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

no final de 2023. Cumpre-se desta forma, com larga margem, a legislação aplicável, estando muito abaixo do limite a partir do qual a DGAL coloca uma Autarquia na lista de incumprimento (90 dias). -----

Não nos podemos esquecer que o Município de Odivelas nasceu há 25 anos necessariamente endividado, fruto do seu natural e complexo processo de instalação. Contudo, no presente, continua a distinguir-se por ser um Município com estabilidade e contas certas, em resultado das opções tomadas, da disciplina e do rigor financeiro, marca de água da gestão socialista neste território. -----

Os resultados agora apresentados voltam a demonstrar que, em termos de recuperação financeira, continuamos muito empenhados na consolidação financeira das contas do Município. E continuamos a fazê-lo com o mesmo grau de compromisso, sem descurar os princípios e os valores que devem presidir ao interesse e à prossecução da causa pública. -----

É com esse desígnio maior, sempre presente, de investir no território, nas pessoas e no bem-estar coletivo, que procurámos, igualmente, compatibilizar a gestão de mais um ano atípico, com a realização de um conjunto alargado de atividades culturais, desportivas e de lazer, bemcomo de intervenções, nomeadamente ao nível das infraestruturas, do espaço público e em equipamentos municipais (28 obras concluídas ou que arrancaram em 2023 – 14 M€ de investimento). -----

Assim, destacam-se diversos projetos, medidas e intervenções (alguns concluídos ou com efeitos neste ano de 2024), que muito contribuirão para continuar a requalificar e projetar uma rota de progresso para o nosso Concelho: -----

- A nova Unidade de Saúde de Famões, já em funcionamento; -----
- A requalificação dos Jardins da Quinta do Espírito Santo; -----
- A reabilitação construtiva da Biblioteca Municipal D. Dinis, espaço nobre já ao dispor da população; -----
- A redução do Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI); -----
- A comparticipação financeira de 1.5 M€ direcionada para o Passe Navegante e as Carreiras Voltas, projeto municipal de transporte rodoviário entretanto integrado na Carris Metropolitana, mas com uma redução tarifária assegurada (de 1,25 € para 0,85 €), face a um investimento adicional de 50 mil €/ano por parte da autarquia; -----
- O investimento realizado no Mosteiro de Odivelas que levou à descoberta da espada de D. Dinis; -----
- O lançamento da Aginvest Odivelas – Agência de Investimento e Desenvolvimento Económico de Odivelas; -----
- A iniciativa Compras ao Luar e o regresso do Festival da Marmelada; -----
- Os novos parques de estacionamento na Arroja, na Codivel, na Escola Básica Bernardim Ribeiro e na Igreja nova da Ramada; -----
- As intervenções na Rua de Nampula e zonas envolventes; -----
- A requalificação de diversos parques infantis nas 4 freguesias do concelho; -----
- O início da construção da Escola Básica n.º 1 da Amoreira, na Ramada; -----
- A construção do Pavilhão Desportivo na Escola EB 2, 3 dos Pombais, entretanto inaugurado; -----

- As obras em curso de requalificação da Escola Secundária de Odivelas; -----
- A construção do muro de contenção no logradouro da Escola EB1/JI do Olival Basto, junto à Rua de Timor;
- A promoção de outras múltiplas ações e atividades de dinamização local, bem como intervenções em espaços públicos, diferentes infraestruturas e equipamentos escolares. -----

Continuamos a trilhar um caminho de grande responsabilidade e determinação, sustentado em excelentes indicadores e perspetivas para um futuro próximo que, estamos convictos, irá ainda melhorar os resultados financeiros agora concretizados. -----

O nosso foco passará, naturalmente, por reduzir a dívida, cada vez mais diminuta, por reforçar as medidas de apoio às nossas instituições, aos agentes económicos, ao movimento associativo e às famílias, sem nunca deixar de investir no território. Em áreas tão importantes como a educação, a saúde, a habitação, o empreendedorismo, o património cultural, a cultura e o desporto, sempre investidos em melhorar a qualidade de vida do Concelho de Odivelas. -----

A vontade e empenho em estabelecer parcerias sólidas e colaborativas com as instituições sociais de carácter público ou privado estarão também presentes de forma permanente. -----

Procuramos, acima de tudo e de forma vinculada, trabalhar com as pessoas e para as pessoas. -----

E que ninguém tenha dúvidas que este trabalho, estratégia e dedicação à causa pública, mesmo perante o cenário adverso que ainda atravessamos, irão continuar a constituir a nossa bússola também neste ano de 2024. -----

Para os Eleitos do Partido Socialista em Odivelas, o exercício da governação deve ser feito com seriedade nas contas públicas, com exigência nos critérios de despesa e de investimento. -----

Aproveitamos para aqui deixar o nosso reconhecimento a todas as trabalhadoras e trabalhadores desta Câmara Municipal, pois grande parte deste sucesso não seria possível sem o esforço e dedicação que colocam nas suas tarefas, prestando um serviço público de cada vez maior qualidade e eficiência. -----

Deixamos, também, uma palavra de genuíno apreço e louvor a todas e todos aqueles que prepararam em tempo útil e com grande profissionalismo os documentos hoje aqui votados, saudando, em particular, a Diretora do Departamento de Jurídico e de Administração Geral e o Senhor Diretor Municipal responsável pela área financeira. -----

Face ao exposto, e assumindo uma postura de grande responsabilidade política, social e cívica, votámos favoravelmente a Prestação de Contas do Município de Odivelas do Ano de 2023.-----

O Senhor Vereador Marco Pina, pela bancada do PPD/PSD, apresentou uma declaração de voto que seguidamente se transcreve: -----

Bom dia, Sr. Presidente, cumprimentá-lo a si, a todos os presentes na sala e ao público a assistir.

Queria fazer um breve comentário e em jeito de declaração de voto. -----

Congratulamo-nos como já foi dito diversas vezes nesta Reunião de Câmara que o município apresente neste momento contas sólidas e boa saúde financeira porque só assim é possível executar os programas políticos de quem tem essa responsabilidade concedida pelos resultados eleitorais. Assim, cabe ao Partido Socialista enquanto Partido que ganhou com maioria absoluta executar as suas políticas que foram apresentadas no seu programa eleitoral. Porém, era importante que essas políticas, mesmo que diferentes das que nós apresentámos, possam mesmo ser executadas e aqui vou focar-me no grau de execução desta Câmara Municipal. -----

Sr. Presidente, apesar da execução municipal se fixar, grosso modo, em 67%, no que diz respeito às GOP, que é aquilo que nos interessa do ponto de vista do investimento e do ponto de vista da atividade, o grau de execução é este ano de 56% baixando quase 10% relativamente ao período passado. Isto preocupa-nos muito, porque verificamos por áreas, vou dar aqui alguns exemplos que dizem respeito à área social, que é uma das áreas que o Município afirma como bandeira, o que é certo é que se formos reparar no auxílio social de emergência verificamos que dos 150 mil euros inscritos, apenas foram executados 65 mil euros, ou seja, só 44%. Se nos fixarmos naquilo que é o apoio a entidades sociais e ao programa operacional de apoio às pessoas mais carenciadas, e nós sabemos as dificuldades e a pobreza que infelizmente existem em Odivelas, verificamos que dos cerca de 100 mil euros previstos, apenas foram executados 13 mil euros. Sr. Presidente, eu não acredito que não haja necessidade por parte da população de Odivelas mais carenciada de um apoio mais eficaz e se temos este valor previsto e deste valor apenas foi executado 13 mil euros algo aqui não bate certo e isso é algo que nos devia fazer pensar. No que diz respeito à conservação dos fogos por parte do Município, a verba inserida em 2023 era de quase 400 mil euros e apenas foram executados 208 ou seja 50% do valor. Aqui ficam apenas alguns exemplos para que possamos ter a noção de que o grau de execução foi baixo, tendo em conta o que seria expectável e desejável. Com a saúde financeira que apresentamos, com o quadro de pessoal da Câmara que teve uma tendência de crescimento, tínhamos a expectativa de que o grau de execução desta Câmara pudesse também aumentar e não diminuir, até porque as assimetrias que se continuam a viver no nosso território precisam de uma resposta e exigência que nós ainda lamentavelmente não verificamos. -----

Sr. Presidente, continuamos com o Honório Francisco por reabilitar, continuamos sem uma outra piscina municipal que sirva as necessidades da população, continuamos com o espaço público danificado e a necessitar de uma intervenção que seja programada e concertada, porque se o espaço público não tiver uma calendarização e um projeto de implementação de uma política de recuperação vai continuar a manter-se da forma vergonhosa em que se encontra. -----

Relativamente à mobilidade e ao estacionamento relembro que foi feito um estudo por parte de uma empresa bastante competente, mas julgo, encontrar-se dentro de alguma qualquer gaveta, porque as

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

soluções que esse estudo previa até agora não vi que fossem implementadas em alguma parte do território municipal. -----

O parque escolar mais antigo também necessita de intervenções urgentes, pois foram feitas escolas novas, e como é obvio temos de o elogiar, mas não podemos deixar de falar naquele que é o parque escolar mais antigo e que carece de intervenção. -----

Temos o Rio da Costa em que uma nova fase de intervenção e reabilitação urge e que o Sr. Presidente tem vindo a falar, mas é algo que não ainda não passou de palavras vãs. -----

Também nos bairros sociais que é algo que nos tem vindo a preocupar, verificamos que continuam na mesma, e esperávamos que nos últimos 8 anos em que havia condições políticas privilegiadas, com um executivo municipal e governo do PS, fosse feita a recuperação do edificado, mas infelizmente nada foi feito. A Cassa Pia e o Barruncho são preocupações para o PSD que se mantém, ano após ano, mas para este executivo do PS continuam a não ser prioridade. -----

Sr. Presidente, tendo em conta aquilo que foi este grau de execução insuficiente e as áreas que identificámos que continuam a necessitar de uma intervenção bastante mais musculada e cujas condições financeiras existem para a sua execução, resta-nos dizer que é necessária mais audácia, mais disrupção, mais trabalho e mais exigência, pelo que votaremos contra esta Prestação de Contas. -----

A Senhora Vereadora Maria da Luz Nogueira, pela bancada da CDU, apresentou uma declaração de voto que seguidamente se transcreve: -----

A análise e votação do ponto “Prestação de contas 2023” não podem estar desligadas da discussão e aprovação do orçamento para o mesmo ano assim como das respetivas GOP, que se realizou no final de 2022. Nessa votação discordámos das opções políticas, que são, como não podia deixar de ser, reflexo das opções e orientações políticas tomadas pelo PS desde há muitos anos e com as quais não concordamos.

Se podemos caracterizar o ano de 2023 como sendo o primeiro desde há três anos *livre* de COVID 19 e de todas as suas consequências, o facto é que, em sua *substituição*, 2023 continuou a registar uma taxa de inflação que atingiu 4,3%, que apesar de ser inferior à de 2022, continuou a influenciar os custos de produção. -----

O resultado líquido do exercício de 2023 foi de 6 655 816,85 €. No plano da execução orçamental, do lado da receita regista-se que a taxa de execução se posicionou nos 64%, tendo sido inferior em seis pontos percentuais quando comparado com 2022. -----

À semelhança dos anos anteriores, continua a registar-se que os Impostos Diretos são responsáveis pela arrecadação de 40,2% do total arrecadado em 2023, tendo registado uma taxa de execução de 101,0%. ---

Conforme afirmámos nos anos anteriores, também em 2023 teria sido possível aprovar a nossa proposta de isenção da derrama para as empresas cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapassasse os

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

150.000 euros, aliviando um pouco alguns dos nossos comerciantes, já que a execução orçamental da receita no que diz respeito à derrama foi de 102,8%, situando-se em 2,7 milhões de euros, o que traduz um aumento de 13,8% face a 2022. A receita arrecadada de IMT foi de 18 770 565,74 €, representando um grau de execução de 102,5 %, o IUC teve um grau de execução superior, tendo sido de 108,7%. Quanto ao IMI, pela primeira vez a receita cobrada – 20 474 002,37 - foi ligeiramente inferior à previsão corrigida, com um grau de execução de 98,1%. -----

Do lado da despesa, esta apresenta um grau de execução orçamental global de 64,4% ou seja 5,6% inferior ao do ano de 2022. O total das despesas pagas foi de 108 125 481,02 €, o que significa que foram pagos em 2023 mais cerca de 8 milhões de € do que em 2022. -----

Do total da despesa paga, 82 913 740,95 € são de natureza corrente e os restantes 25 211 740,07 € foram de natureza de capital, registando-se assim uma variação positiva de 9,5% nas despesas correntes e 1,4% nas de capital, em relação a 2022. -----

No que respeita aos investimentos, continua-se a destacar o peso do investimento no edificado das escolas que representa 20,2%, 3,3 milhões de euros. Ainda que significativa, esta verba é inferior à de 2022 em cerca de 5 milhões de euros. -----

As autarquias continuam a ser afetadas por descentralizações de competências para as quais não recebem os devidos envelopes financeiros. Lembremos, a título de exemplo, que entre 2021 e os primeiros 4 meses de 2023, só em despesas de funcionamento, manutenção e conservação das escolas, o resultado entre os custos suportados pelo município e o valor transferido pelo Ministério da Educação foi de -2 249 361,58.

Analisando as GOP's verifica-se que é nas funções *sociais* que está o maior peso relativo na estrutura, com 46,7%. Por outro seu lado, as *funções gerais* tem um peso relativo de 24,3%, *outras* 20,8% e as *funções económicas* representam um peso relativo de 8,1%. -----

Já em termos de execução orçamental, as *funções sociais* tiveram 51,3%, as *gerais* 55,6%, as *outras*, 97,1% e as *económicas* 40,9%. -----

Na educação o grau de execução orçamental foi de 46%. É conhecida a nossa discordância quanto à assunção de competências na área da educação, seja porque consideramos que esta é uma competência do governo, seja porque o envelope financeiro correspondente fica sempre aquém do necessário, o que significa haver menos disponibilidade para matérias verdadeiramente da competência das autarquias. Ainda assim referir que, no que respeita à construção, reparação e beneficiação de equipamentos escolares a taxa de execução é de 27%. Não obstante se registar nos últimos anos a construção de novas escolas e intervenções noutras, em alguns casos com muitos anos de atraso, não podemos deixar de assinalar que temos um parque escolar lotado, que há escolas com grande falta de condições (de que é exemplo na EB2,3 Avelar Brotero) e que a construção das novas EB 2,3 na Ramada e em Famões continuam a marcar passo. -----

No que se refere a projectos sócio-educativos, identificamos o fraco grau de execução (com 24,5%) do Projecto de Hipoterapia, facto que nos suscita reocupação sobre a forma como o mesmo está a decorrer.

Na habitação, a reabilitação e conservação de fogos municipais regista uma execução no valor de 208 273,32 €, correspondendo a 55% do valor previsto. -----

Em relação ao realojamento preocupa-nos a morosidade no realojamento das pessoas que vivem em situações de grande precariedade habitacional de que o bairro do Barruncho é o expoente máximo e, como se tal não bastasse a total falta de condições, juntou-se o problema do acesso à água, um direito absolutamente básico. -----

A Estratégia Local de Habitação aprovada em 2021 e onde o Programa 1º Direito assume enorme relevância, registando um grau de execução de 72% em 2023, estamos a cerca de 8% do objectivo final, o que nos coloca sérias dúvidas quanto à sua concretização. -----

Reafirmamos que as questões da habitação necessitam de uma intervenção acima dos municípios, estruturada e onde o estado combata a especulação, assumindo-se como um agente de promoção de habitação pública a preços dignos. -----

Os problemas do Olival do Pancas e Bairros do antigo Governo Civil continuam por resolver, com projectos e/ou estudos que teimam em não sair do papel ou do campo das hipóteses. -----

Na acção social, apesar de em 2023, não ter havido as intervenções previstas no CURPIO, valorizamos a que as mesmas se tenham realizado no corrente ano. Já as instalações do CURPIC que há tantos anos fazem parte dos planos ficaram mais uma vez adidas. -----

Agora há a promessa de que irá passar para as antigas instalações *da Obra do Padre Abel*. -----

No que respeita ao apoio a entidades sociais registamos a não concretização de projectos relacionados com o PRR da Associação Luiz Pereira da Motta e das Obras assistenciais da sociedade S. Vicente Paulo. Também em relação PARES, em 2023, não se concretizaram projectos do IPPI, Centro Comunitário Paroquial de Caneças, do CHL – Cruz Vermelha, do Centro Social Paroquial Póvoa e da Fábrica da Igreja Paroquial Nossa Sra do Rosário de Famões. -----

Na saúde, tendo presente as dificuldades existentes e, considerando que temos a mesma opinião sobre a assunção de competências que assumimos na educação, 2023 foi mais um ano em que não se concretizou a requalificação da UCSP de Caneças, em que UCSP da Urmeira não teve qualquer intervenção, ou que a anunciada construção da Unidade de Saúde de Odivelas poente não saiu do papel, registando apenas 6% no grau de execução. -----

No ordenamento do território, enquadrado na revitalização urbana, não foram executadas quaisquer verbas das regenerações urbanas da Pontinha e Póvoa, do estudo prevenção das cheias da várzea de Odivelas, do estudo geológico e geotécnico para as vertentes de Odivelas e da revitalização do Pinhal da Paiã. A requalificação do Largo D. Dinis foi executada 1,28%, da beneficiação e na reparação de espaços

urbanos em vários locais do concelho foi executado 54% e das intervenções em parques infantis registou-se uma execução de 34%. -----

Na proteção do meio ambiente e conservação da natureza, enquadrada na higiene urbana, não foi concretizada qualquer verba na construção da Casa Mortuária de Caneças, nem da construção do complexo crematório no cemitério de Odivelas. -----

Na criação e preservação de espaços verdes, registamos a execução de 62% na manutenção de espaços verdes do concelho e de 21% na requalificação de espaços verdes. Mas registamos também a não execução de qualquer verba para o Jardim Botânico de Famões, na remodelação do Jardim da Música, na remodelação da frente urbana do Rio da Costa, na reabilitação pavimentos e mobiliário urbano do Parque Integrado da Ribeirada e do Parque Recreativo do Casal Novo e Flor do Minho (Caneças). -----

No que se refere à criação e preservação de espaços urbanos registamos os 47% de execução de limpeza urbana, os 41% relativos a intervenções em linhas de água, os 35% na requalificação de um troço da Ribeira de Odivelas e os 58% em manutenção de fontes. Não foram executadas quaisquer verbas na estabilização de margens e leitos em ribeiras do concelho, no Rio da Costa (4ª fase). -----

Sobre a concretização do Parque Urbano da Cidade, anunciada há vários anos, registamos os 51% executados relativos ao previsto para 2023, sendo que a execução global do projecto se fica nos simbólicos 2%. -----

Na cultura, onde se regista 3,1% na execução total das GOP's, destacamos os 3.263 € executados na beneficiação e reparação do Centro Cultural da Malaposta e os 1.070,9 € (1%) executado no Posto de Comando do MFA. -----

No PAMO – Eixo da Cultura registamos os 27.160,8€ entregues ao movimento associativo cultural, o que contrasta com os 334 mil euros entregue à empresa concessionária da dinamização da Malaposta. -----

No desporto, registamos os 2,4% de peso na execução total das GOP. Tendo presente as intervenções realizadas, destacamos a não execução de verbas no plano de rede clicável do município, na requalificação/beneficiação e ampliação do Pavilhão do Bairro Olaio e na construção do Pavilhão Honório Francisco. -----

O PAMO Desporto teve uma execução de 25%, no valor de 94 mil euros, enquanto o apoio extraordinário ao associativismo teve uma execução de cerca de 88 mil euros, valor idêntico ao PAMO. Reafirmamos que no fundamental, o apoio ao associativismo deve ser feito através de um programa apoio com regras claras.

Em relação à juventude, apesar de sabermos que o apoio vai para além da rubrica “Apoio à juventude”, não deixamos de registar a parca execução desta rubrica no valor total de 91 mil euros, dos quais 8 mil são de apoios no âmbito do PAMO juventude. -----

Quanto aos transportes, no plano da beneficiação e requalificação da rede viária, regista-se, mais uma vez, a não concretização da T14, da ligação do Solvillas à Rua Heróis de Chaimite, e o adiar de um projecto

do Orçamento Participativo 2020/21 "Rotunda no cruzamento da Av. da Liberdade e da Av. 25 Abril (Ramada)", reconhecendo outro conjunto de intervenções. -----

Comércio e Turismo, execução de apenas 17% na rubrica de Mercados e Feiras, de que destacamos a não execução de nenhuma verba de reconversão do Mercado de Odivelas. Em suma, a CDU defende para o Concelho de Odivelas a tomada de opções políticas, que se convertam em decisões práticas a implementar, em prol da qualidade de vida de todos os que vivem e trabalham neste Município. Para além disso defendemos uma visão estratégica global, com uma linha de continuidade no tempo e não apenas a tomada de opções e medidas para colmatar e resolver problemas imediatos. -----

PONTO DOIS – PROC. N.º 15/DMGAG/2024 – SIMAR – PRESTAÇÃO DE CONTAS A 31/12/2023 E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2023. (DMGAG) -----

Presente para deliberação, o proposto na informação n.º interno/2024/2290, de 2024-04-02, com o despacho do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve: -----

INFORMAÇÃO: -----

Na sequência do deliberado pelo Conselho de Administração dos SIMAR, em 02 de abril de 2024, na sua **59ª Reunião Ordinária**, foi remetido à Câmara Municipal de Odivelas, através do ofício **S/12223**, de **02/04/2024**, os seguintes documentos: -----

- **Proposta de Deliberação n.º 107/2024 – Relatório de Gestão de 2023.** -----
- **Proposta de Deliberação n.º 108/2023 – Prestação de Contas a 2023/12/31.** -----

Face ao exposto, e nos termos do deliberado pelo Conselho de Administração dos SIMAR, propõe-se o envio ao Órgão Executivo para aprovação da documentação supra indicada, nos termos do artigo 33º, n.º 1, alínea i), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Mais se propõe o posterior envio à Assembleia Municipal para apreciação e votação dos resultados da participação do Município de Odivelas nos SIMAR, em conformidade com o disposto no artigo 25º, n.º 2, alínea b) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 76º, n.º 1, da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

Remetem-se, ainda, para conhecimento, os documentos anexos à proposta de deliberação n.º 108/2024 e que são constituídos por: -----

- a) Relatório sobre a Auditoria às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023, Diz & Associados- SROC, Lda (E/10776/2024); -----
 - b) Certificação Legal de Contas - Diz & Associados- SROC, Lda (E/10779/2024).-----
-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE: -----

"Ao SAOM,-----

1. Para incluir na Ordem de Trabalhos da próxima RC;-----
2. Em caso de aprovação, o processo será remetido à AMO para a competente deliberação. "-----

A Senhora Vereadora Ana Isabel Gomes, pela bancada do PPD/PSD, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

Sr. Presidente, reconhecemos que há uma inversão na tendência de prejuízo crescente que vinha sendo verificada na atividade dos SIMAR. Há uma inversão da tendência de prejuízo e as opções de gestão e estratégia evidenciam-se nos resultados financeiros que estão patentes nesta prestação de contas. Entre este cenário e o contexto de excelência que o Sr. Presidente e o Vereador apresentaram, vai alguma distância, que é o que falta assegurar: serviço de qualidade, abastecimento regular de água. Tenho duas questões em concreto que gostaria de colocar e que tem a ver com o montante da dívida. Relativamente ao período anterior houve um aumento da dívida vencida que aumentou cerca de 15%. Neste momento a dívida vencida de 2023 são de 26 milhões e 729 mil euros. Entretanto refere também que foram celebrados 1960 acordos de pagamento de prestações no valor de 941 mil euros, ou seja, os acordos de pagamento feitos para reverter e conseguir a cobrança da dívida diminuíram e a questão é esta mesmo, estamos perante 26 milhões de dívida?-----

Como é que os SIMAR estão a pensar arrecadar este valor de dívida uma vez que, ainda por cima os acordos de pagamento diminuíram. E esta pergunta coloca-se porque imagine-se o impacto deste montante na capacidade de investimento nesta empresa, que durante décadas não teve investimento na modernização tecnológica, na substituição de equipamentos, na renovação de frota, na substituição de condutas e outras infraestruturas ligadas ao abastecimento de água. Depois, também, e porque não vimos informação refletida na prestação de contas, gostaríamos de saber qual o balanço e o que foi executado sobre o projecto dos resíduos orgânicos, em que ponto é que estamos, como é que chegamos ao final de 2023, o que se perspectiva fazer.-----

O Senhor Vereador Edgar Valles, pela bancada do PS, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

Relativamente ao aumento da dívida trata-se, em parte, de uma herança do passado. No entanto, verifica-se também um aumento da dívida por parte das autarquias, o que tem uma explicação relativamente simples e prende-se com uma mudança significativa na forma como se calcula o consumo de água nas zonas verdes.-----

Antes, esse cálculo era feito com base em estimativas, o que resultava frequentemente em valores pouco reais. A mudança para um sistema baseado em contadores reais, instalados progressivamente nas zonas verdes, permitiu uma faturação mais precisa, refletindo o consumo efetivo. -----

Esta alteração revelou também outra realidade: a existência de ruturas nas redes de rega das zonas verdes, que provocavam perdas significativas de água que anteriormente não eram detetadas nem faturadas. Só com a instalação dos contadores se começou a perceber que algo estava errado — como aconteceu recentemente na freguesia de São João da Talha, onde tanto os serviços como os utentes identificaram incoerências que motivaram investigações. -----

Esta nova abordagem permite-nos, assim, aproximar com maior rigor os valores reais de consumo e perceber melhor o volume de água efetivamente perdida. Recordo que a água é adquirida em alta, e se não for corretamente faturada, representa perdas financeiras reais para os municípios. -----

Como resultado desta mudança de paradigma, quer nas câmaras municipais quer nas juntas de freguesia, o aumento da faturação em muitas situações é evidente. No entanto, importa referir que esse aumento tem também gerado contestação quanto à legitimidade de algumas faturas, que estão ainda a ser analisadas e esclarecidas. Enquanto não forem resolvidas, muitas dessas faturas continuam por pagar, o que contribui para o aumento da dívida — um aumento que, acreditamos, será temporário e rapidamente ultrapassado.

Relativamente à questão dos biorresíduos, informo que o POCU terminou recentemente. Apesar disso, conseguimos incluir mais cinco urbanizações do que inicialmente previsto na candidatura para a recolha seletiva desses resíduos. A estratégia futura, conforme também foi questionado, está definida no documento elaborado pelos SIMAR em articulação com a Valorsul. No entanto, esse plano foi já submetido à APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e, enquanto não for validado, não nos é possível prestar mais esclarecimentos. Após essa validação, será naturalmente dado conhecimento aos dois municípios envolvidos. -----

Acrescento ainda duas notas importantes: o documento reflete a realidade entre 2020 e 2023, mas também evidencia uma profunda mudança de paradigma na gestão, iniciada no final de 2020. Os anos de 2021 e 2022 foram já anos de transição e de transformação, que culminaram em grandes conquistas no ano de 2023. -----

Permita-me discordar das suas palavras relativamente ao aumento de 24% das reclamações registadas. Naturalmente que este valor não pode ser justificado por um único fator, mas importa referir que a incineradora da Valorsul esteve encerrada durante cinco meses para manutenção. Essa paragem obrigou à realização de descargas no aterro do Mato da Cruz, significativamente mais distante e de difícil acesso. As viaturas — não só nossas, mas também de outros municípios — enfrentaram grandes dificuldades, com estragos constantes devido à lama e aos buracos no percurso. -----

Foram, de facto, cinco meses muito difíceis, não só para Loures, mas para todos os municípios que anteriormente descarregavam na incineradora de São João da Talha. Isso provocou graves

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

constrangimentos ao nível da recolha de resíduos e todos assistimos à acumulação de contentores cheios nas ruas. -----

Assim, o aumento das reclamações nesse período é compreensível. Não é, evidentemente, justificação para tudo, mas é, sem dúvida, um dos principais fatores que explica esse acréscimo.-----

Muito obrigado. -----

A Senhora Vereadora Ana Isabel Gomes, pela bancada do PPD/PSD, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

Há pouco quando falei de dívida de facto não reporte em concreto a que parte da dívida me estava a referir. O Vereador, entretanto, remeteu para as questões da colocação dos novos contadores, questões que obviamente reportamos de forma positiva porque, como disse, permite aferir com maior equidade os consumos que são feitos, mas o peso da dívida das autarquias, nestes 26 milhões de dívida é de 1 milhão e duzentos mil, portanto, o peso da dívida nas autarquias no montante global dos SIMAR é um peso residual. Além disso, em relação à dívida das autarquias estão os SIMAR seguros e descansados porque as autarquias são no fundo acionistas dos SIMAR, portanto, seguramente não ficarão a dever aos SIMAR. O montante considerável destes 26 milhões são os consumidores domésticos em que o montante em dívida aos SIMAR são 15 milhões e os consumidores não domésticos em que o montante de dívida são 5 milhões. Portanto, a minha questão em concreto é o que é que está a ser feito do ponto de vista da arrecadação desta dívida porque são números realmente esmagadores. Quando na última discussão do orçamento para 2024 questionávamos aqui porque era tão baixo o investimento em meios tecnológicos, nomeadamente recursos que permitissem monitorizar zonas de distribuição e identificar atempadamente fugas e ruturas que acontecem muitas vezes e que não são visíveis, entre outros na área da recolha de resíduos tornando-a mais eficiente, este baixo investimento seria passível de ser incrementado com a cobrança mais eficaz da dívida. Um investimento claro em meios tecnológicos nas áreas que referi traria retorno a curto prazo, mas existem exige uma injeção de capital inicial. Para se fazer esse investimento é preciso dinheiro e para isso a pertinência da questão para perceber como é que se está a pensar fazer a cobrança deste valor em dívida, tanto mais que aparentemente os acordos de pagamento e prestações reduziram. -----

O Senhor Vereador Edgar Valles, pela bancada do PS, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

Gostaria de salientar que o peso da dívida das autarquias não é, de facto, assim tão reduzido — estamos a falar de cerca de 5,9 milhões de euros. É verdade que as câmaras municipais, no geral, têm sido boas

pagadoras. No entanto, quando falamos de autarquias, não nos referimos apenas às câmaras — referimo-nos também às juntas de freguesia. -----

Infelizmente, algumas juntas têm vindo a acumular valores de dívida que não seriam desejáveis. Esta situação tem gerado grande preocupação, particularmente do lado do Município de Loures. -----

Respondendo diretamente à sua pergunta: os acordos de pagamento — estabelecidos com o objetivo de recuperar dívida — têm vindo a diminuir. Em contrapartida, tem aumentado de forma significativa a cobrança através de execução fiscal. -----

Recordo que, atualmente, a cobrança das dívidas dos clientes passou a ser feita pelas autarquias, dependendo da morada de faturação. As câmaras têm obtido excelentes resultados nesta cobrança, o que representa uma mudança positiva face ao paradigma anterior. -----

Esta alteração está a dar frutos concretos, permitindo inverter os números registados em períodos homólogos — nomeadamente em 2021 e 2022 — e com impacto positivo também em 2023. -----

Deixo, assim, esta nota: a cobrança está agora a ser realizada pelas câmaras municipais, e tem conduzido a um aumento considerável na recuperação de dívida. -----

Muito obrigado. -----

A Senhora Vereadora Ana Isabel Gomes, pela bancada do PPD/PSD, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

Ficamos à espera que esse esforço venha a ter evidência nos números porque, neste momento, o montante em dívida dos consumidores domésticos apresenta um incremento na ordem de 1 milhão de euros o que é substantivo e mais do que duplicou entre 2021 e 2022. -----

Colocado à votação foi aprovado por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores da bancada do PS, com a abstenção do Senhor Vereador da bancada do Chega e da Senhora Vereadora da bancada da CDU e com os votos contra dos Senhores Vereadores da bancada do PPD/PSD, a Prestação de Contas a 31/12/2023 e Relatório de Gestão de 2023, relativos aos SIMAR. -----

O Senhor Presidente, pela bancada do PS, apresentou uma declaração de voto que seguidamente se transcreve: -----

Os SIMAR de Loures e Odivelas têm seguido uma política de investimento e de gestão orientada para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, focando-se no reforço do desenvolvimento contínuo das

atividades de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos sólidos urbanos, em ambos os territórios. -----

Não obstante o atual cenário de instabilidade internacional com reflexo no contexto económico, designadamente com um clima inflacionista e de aumento das taxas de juro, os SIMAR de Loures e Odivelas apresentaram uma melhoria significativa no Resultado Líquido do Exercício com apresentação de um resultado positivo, no montante de 182.313,22€. Quando comparado com o período homólogo de 2022, traduz-se numa melhoria de resultados em cerca de 106% (+ 3.405.515€). -----

Verificou-se uma subida de 14% dos Rendimentos totais, enquanto os Gastos aumentaram em 9%, comparativamente ao ano de 2022. -----

A venda de água registou um aumento de 15% e os serviços de recolha de águas residuais e de resíduos urbanos foram incrementados em cerca de 12%. Este aumento decorreu da conjugação do tarifário, atualizado em 7,4%, e dos aumentos dos locais abastecidos e dos consumos realizados. Tendo esta situação resultado num acréscimo de 10,2 milhões de euros face ao período homólogo do ano 2022.

Contribuiu ainda para esse cenário, o aumento de 45% nos rendimentos provenientes da aplicação das Taxas de Recursos Hídricos e de Gestão de Resíduos, resultando os Rendimentos Totais no montante de **83.410.199,82€**. -----

No período em apreço, os gastos totalizaram **83.227.886,60€**. Os aumentos com os Gastos resultaram fundamentalmente: -----

- do aumento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) em cerca de 10%;
- dos fornecimentos e serviços externos (FSE), em mais 10%; -----
- do agravamento de 10% nos gastos com o pessoal. -----

No caso do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas e Fornecimento de Serviços Externos este aumento é justificado pelo aumento dos preços, designadamente dos nossos Prestadores de Serviços em Alta. O aumento dos preços da **EPAL** (de 0,6203€/m³ para 0,6370€/m³) foi de **2,7%**, enquanto nas **Águas Tejo e Atlântico e Valorsul** (de 35,30€/tonelada para 42,14€/tonelada) foram, respetivamente, de **6,5%** e **19,4%**. -----

No que concerne ao aumento dos Gastos com Pessoal estes devem-se acima de tudo à valorização das carreiras remuneratórias, ao aumento da retribuição mensal mínima garantida (de 709,46€/mês em 2022 para 769,20€/mês em 2023) e do valor do subsídio de almoço (de 5,20€/dia em 2022 para 6,00€/dia em 2023). -----

O resultado global da atividade das explorações, **Abastecimento de Água, Águas Residuais e Resíduos Urbanos**, teve uma melhoria, face ao obtido no período homólogo de 2022. -----

Assim, no que concerne ao Abastecimento de Água, o seu resultado operacional foi de 4.573.810 € e o resultado das Águas Residuais foi de 3.884.888€, o que demonstra, claramente uma melhoria face aos resultados apresentados em 2022 para estes serviços. -----

A melhoria dos resultados no Abastecimento de Água reflete o aumento das Vendas, ao qual não está alheio a atualização do tarifário em 7,4%, mas, também, a atualização da fórmula de cálculo dos consumos estimados das Regas de Espaços Verdes. -----

Neste domínio, importa, ainda, referir uma redução do valor contabilizado das Perdas de Água, registando cerca de menos 248 mil euros, comparativamente ao período homólogo do ano de 2022, assistindo-se a uma redução de 2,59% do Volume de Água Não Faturada, de **33,71%**, em 31.12.2022 para **31,12%** em 31.12.2023. -----

Na componente de Águas Residuais, não obstante o aumento dos gastos associados ao Tratamento de Águas Residuais em Alta, em cerca de 8%, os rendimentos desta área aumentaram em cerca de 14%, contribuindo para este aumento a faturação das Tarifas Fixas, Variáveis e de Descargas Industriais.

Contudo, no que importa ao serviço de resíduos urbanos o resultado operacional foi de menos 8.276.385 €, o que se traduz num agravamento de cerca de 1.392.885.78€, face ao ano anterior. -----

Ora, para o agravamento do **resultado dos Resíduos Urbanos** contribuíram: -----

i) o aumento dos Gastos com o tratamento de resíduos, em cerca de 24%, mais 1.176.000,00€, em consequência do agravamento de 19,4%, do preço/ton de resíduos tratados; -----

ii) o aumento dos gastos com pessoal em mais de 16%; os gastos com a taxa de gestão de resíduos, com o agravamento de 33%, em resultado do aumento da TGR em cerca de 55%, passando de 6,53€/Ton para 10,28€/Ton, em 2023. -----

Não podemos, porém, deixar de registar o aumento dos rendimentos provenientes da recolha seletiva, com incremento de cerca de 11%. -----

Focando-nos no **Investimento**, neste capítulo, o valor do investimento pago no ano 2023 foi de cerca de 6,7 milhões de euros, correspondendo a 61% do valor previsto para 2023, sendo que, em termos de compromissos assumidos à data, estes traduzem uma percentagem de execução de 71%. -----

Ao nível do Investimento em Infraestruturas de Abastecimento de Água e Águas Residuais, este foi de 4.083.354,00€, destacando-se a conclusão de obras como: a remodelação da Rede de Abastecimento de Água a Loures e a Santo António dos Cavaleiros; a substituição da Conduta Adutora de Sacavém e do Reservatório Pedernais, em Odivelas e, a substituição de Condutas em Famões. -----

Na área de Resíduos Urbanos é de referir o investimento em contentorização em cerca de 652.000,00€, mas também na aquisição de oito viaturas de Recolha de Resíduos Urbanos, com a entrega das primeiras seis viaturas pesadas no Exercício de 2023. -----

Aguarda-se, para o início de 2024, a entrega de mais duas viaturas, correspondendo a um investimento de cerca de 2 milhões de euros. -----

Sobre o Balanço, em 31 de dezembro de 2023, o **ativo líquido total registava mais 6,3 milhões de euros; ou seja, mais 7%** do que no final de 2022. Para este acréscimo contribuíram os aumentos dos valores dos ativos não corrente e corrente, respetivamente de 3% e de 24%. -----

No que respeita ao ativo não corrente, de salientar o efeito do aumento de 3% dos ativos fixos tangíveis, face ao registado em 31 de dezembro de 2022. -----

No caso do ativo corrente, o aumento global de 24% decorreu dos aumentos das contas de inventários, em mais 16%; do aumento de 40% da conta de clientes, contribuintes e utentes; e do aumento de 16% do valor registado em outras contas a receber. -----

O património líquido total apresentou um acréscimo de cerca de 6%, correspondendo a mais de 3,8 milhões de euros, os quais se justificam pela transferência correspondente à cobertura de prejuízos de 2022, efetuada pelas Câmaras Municipais de Loures e de Odivelas; mas também, pelo Resultado Líquido Positivo de 2023. -----

O passivo total aumentou 11% o seu valor, face a 31 de dezembro de 2022, ficando esta situação a dever-se, fundamentalmente, ao valor dos financiamentos obtidos no âmbito dos empréstimos contratados pelos Municípios de Loures e de Odivelas. -----

No sumário da Execução Orçamental (Receitas e Despesas), importa resumir: -----

- No ano 2023, as receitas totalizaram 85.761.953,00€ e as despesas totalizaram 85.894.375,00€. -----
- A execução orçamental das receitas e das despesas situaram-se em cerca de 86%. -----
- Face ao período homólogo do ano 2022, as receitas totais diminuíram em 0,6% e as despesas totais diminuíram em 1,1%. -----

Os Indicadores económicos e financeiros, no ano de 2023, e comparando com o período homólogo do ano anterior, em termos gerais verifica-se uma melhoria dos indicadores de dimensão, de atividade, de liquidez e de alavanca financeira-----

Tal como mencionado na mensagem do Conselho de Administração, no Relatório de Atividades, não podemos deixar de registar que o ano de **2023 fica marcado com a preparação e realização da Jornada Mundial da Juventude de Lisboa (JMJ 2023)**. -----

Começou, desde logo, por ser uma “prova de fogo” à capacidade de organização de Portugal e, em especial, para todas as entidades que tiveram de ser envolvidas na sua realização. -----

Apesar da dimensão do desafio que esta operação encerrava, a Equipa SIMAR enfrentou, desde a primeira hora, com a maior determinação e empenho, consciente da importância nacional e internacional do evento em causa, colocando o seu sentido de missão e serviço público. -----

Por fim, estamos cientes das adversidades que marcam os tempos atuais e dos desafios complexos que se avizinham. Todavia, estamos confiantes de que, para superar as dificuldades, cumprir a nossa missão e fortalecer o serviço público prestado pelos SIMAR, poderemos continuar a contar com o esforço, a dedicação e a competência das trabalhadoras e trabalhadores destes Serviços Intermunicipalizados. -----

Face ao exposto, os Eleitos do Partido Socialista votaram favoravelmente a Prestação de Contas de 2023 e o Relatório de Gestão de 2023 dos SIMAR de Loures e Odivelas.-----

A Senhora Vereadora Maria da Luz Nogueira, pela bancada da **CDU**, apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: -----

"O Relatório de Gestão dos SIMAR referente ao ano de 2023 poderá ser considerado um exercício de auto elogio e de agradecimentos a todos os intervenientes, mas esquecendo por completo os utentes dos SIMAR, que são afinal os munícipes dos concelhos de Loures e de Odivelas podendo considerar ser um documento de autoelogio da gestão PS. -----

O relatório em apreço esquece, ou ignora mesmo, o brutal aumento que a atual administração dos SIMAR infligiu aos munícipes de ambos os concelhos, tendo os mesmos sido obrigados a suportar um aumento de 7,4%. O Relatório evidencia o resultado económico alcançado de € +182.313,22, mas omite que o mesmo só foi possível através do brutal aumento de preços das tarifas cobradas. -----

Contudo, o resultado positivo omite também outras realidades que se evidenciam quando se procede a uma análise mais atenta dos resultados sectoriais obtidos pelas diversas atividades dos SIMAR: água de abastecimento, águas residuais e resíduos urbanos. -----

Consideramos muito preocupante os resultados obtidos na atividade – resíduos urbanos – onde constatamos a triste realidade de um resultado negativo de mais de 8 milhões de euros ou, mais precisamente **um resultado negativo de – 8 276 385,00 €**. **Este resultado é tão só o desempenho mais desastroso de sempre.** -----

Perante este número a gestão PS, para que o resultado global dos SIMAR viesse a atingir o resultado global positivo alcançado de +182.313,22€, recorreu ao expediente da subsidiação dos resíduos urbanos a partir dos resultados positivos dos outros dois sectores que também compreendem as atividades dos SIMAR. De salientar que esta metodologia é severamente condenada pelo Regulador - a ERSAR - e por ela definida como indesejável na gestão dos serviços desta natureza. -----

No entanto a esta prática acresce uma outra não menos preocupante e que é a da faturação e a cobrança apresentarem valores bastante contraditórios. Se não vejamos: -----

Em 2023 foram faturados mais de 8 M € do que em 2022. Contudo a esse crescimento correspondeu um decréscimo de 699 371 € na cobrança. Perante esta contradição é legítimo perguntar quem é que não está a pagar e porquê? -----

Em simultâneo, a dívida vencida aumentou 15% em comparação com o ano anterior e é agora de € 26.729,82. No entanto constatamos que as autarquias contribuíram para o acréscimo do seu valor com mais de 1 milhão e 200 mil € no ano transato. -----

No domínio da execução do Plano Plurianual de Investimentos, que apresenta uma taxa de execução de 71% e um valor de 6 milhões 676 mil e 384 €, não pode deixar de se notar que boa parte deste valor resulta

dos investimentos realizados nas redes de abastecimento de água através de obras que tiveram o seu início de execução nos mandatos da CDU. -----

Caso não se recorra a novos empréstimos para investimento estamos em crer que fica esgotada a possibilidade de, no curto prazo, a taxa de execução voltar a refletir montantes da ordem dos agora registados. Mas mais grave, não serão atacados problemas estruturais que carecem de respostas urgentes. Há ainda a questão da redução das perdas de água, que tem sido tão propalada, e que é matéria da mais alta importância na gestão dos SIMAR, mas que afinal não passa de uma manobra de redução à custa do aumento da estimativa de água consumida nas regas, com consequência exclusiva no aumento da faturação aos municípios de Loures e Odivelas com base numa medição virtual. -----

Ao contrário do que se pretende demonstrar no Relatório, os resultados económicos alcançados evidenciam de forma bastante clara, a falta de estratégia e de coragem política para enfrentar os sérios problemas com que os SIMAR estão confrontados. -----

O brutal aumento do tarifário dos sistemas em alta, registado no último ano, que muito onera a atividade dos SIMAR, não merece qualquer esboço de resistência e é aceite como uma inevitabilidade como se os municípios não fossem acionistas das entidades que os gerem e não devessem adotar uma estratégia de resistência e exigência da reversão da sua privatização. Também no que exclusivamente depende dos SIMAR a inércia persiste. -----

A água não faturada corresponde a 31,2% de toda a água adquirida pelos SIMAR e representa mais de sete milhões e cem mil m³ por ano. Perante esta preocupante realidade não se vislumbra qualquer plano de investimentos nas redes capaz de reduzir a brutal dimensão dos números. As obras que são mencionadas e que estão concluídas na área do concelho de Odivelas foram todas iniciadas durante os mandatos da CDU e que já estão concluídas são: -----

- Substituição de condutas em Famões – fase 1 – lotes 1 e 2; -----
- Construção do reservatório dos Pedernais. -----

Quanto ao abastecimento de água e águas residuais o que está em execução é: -----

- ☐ Substituição de condutas em ambos os concelhos; -----
- Execução de ramais e prolongamentos de redes de abastecimento de água em ambos os concelhos – lote 1; -----
- ☐ Execução de ramais e prolongamentos de redes de drenagem de águas residuais em ambos os concelhos – lote 2 -----

A isto soma-se a reduzida manutenção preventiva nas redes de águas residuais que decresceu 22% em 2023 por comparação com o ano anterior. -----

São adquiridas viaturas de recolha de resíduos sem que haja subjacente qual a estratégia que se pretende trilhar em matéria da recolha de resíduos urbanos, plasmada num plano diretor para esta atividade, racionalizando e reduzindo os meios necessários para a realização da recolha e transporte ao destino final.

Continua-se a proceder a aquisições “avulsas” de equipamentos afetos à recolha urbana de resíduos ao sabor das contingências e do estado de espírito dos decisores de serviço. -----

Entretanto acentua-se a degradação de importantes áreas da gestão quotidiana em domínios como a lavagem de contentores, no último triénio apresenta números sempre em queda. Em 2023 foram lavados nos 2 concelhos apenas 13.749 contentores. -----

A insatisfação dos utentes perante a qualidade do serviço que lhes é prestado é visível e expressa-se no significativo aumento das reclamações (escritas) que registou mais 420 casos que no período homólogo.

Por último, mas não menos importante, é notória e preocupante a continuada redução do número de trabalhadores que os SIMAR mantêm ao serviço (904 trabalhadores em 31/12/2023) em contraciclo com o continuado aumento de tarefas que são dadas a executar aos SIMAR. -----

Perante a situação espelhada neste Relatório, a CDU alerta para a inexistência de uma visão estratégica para os SIMAR por parte dos executivos de ambos os concelhos, estratégia essa que deveria ser capaz de assegurar a sua sustentabilidade e manutenção futuras.-----

Os fundamentos para esse entendimento resultam da constatação do permanente desinteresse no conhecimento e acompanhamento de desenvolvimento das tarefas dadas a executar aos seus trabalhadores, da tentativa, momentaneamente frustrada, de alienação da atividade a uma empresa da área da EPAL - a EPAL METROPOLITANA - para a água de abastecimento público e à “Águas do Tejo Atlântico - AdTA”, para as águas residuais e, mais recentemente, o procedimento aquisitivo encetado pela Câmara de Loures que assumiu responsabilidade na recolha de resíduos urbanos em 6 urbanizações do município, iniciativa não acompanhada, a nosso ver bem, pelo município de Odivelas. -----

A CDU reafirma a sua convicção de que os SIMAR são a solução que melhor serve os interesses dos munícipes dos concelhos de Loures e de Odivelas, na prestação do serviço público de abastecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de resíduos sólidos urbanos e a sua determinação de contribuírem para a sua consolidação e manutenção.”-----

O Senhor Vereador Marco Pina, pela bancada do PPD/PSD, apresentou uma declaração de voto que seguidamente se transcreve: -----

Muito obrigado, Sr. Presidente. Primeiro quero dizer-lhe que o PSD irá fazer chegar uma declaração de voto sobre este ponto e o anterior. Em segundo lugar quero tecer alguns comentários sobre este ponto. Como é óbvio convém distinguir aqui as duas áreas, a área financeira com a qual nos congratulamos com as contas apresentadas neste momento, apresentando lucro que é algo que devemos enaltecer e que é uma inversão clara daquilo que aconteceu num passado recente e a área operacional onde muito ainda há para realizar como todos nós sabemos. -----

Sr. Presidente, nesta área, existe uma carência premente da substituição da rede de abastecimento, sendo que era expectável através do anúncio de uma intervenção de cerca de 28 kms/ano mas a realidade mostra-nos que apenas se ficaram por metade e neste ano que estamos aqui a avaliar apenas foi feita a substituição de 15 kms de rede de abastecimento, ou seja, metade daquilo que é apresentado. No que diz respeito às perdas de água apesar de haver aqui uma redução, penso que esta redução ainda é ínfima, vamos ver o que nos dirá o próximo relatório que irá ser apresentado no próximo ano, porque face ao ano passado, ou seja, de 2022 para 2023 o que se passa é que decresce de forma muito residual. O revisor oficial de contas estima que cerca de cinco milhões setecentos e vinte cinco mil e seiscentos e quatro euros diz respeito a água não faturada e este valor significa 200 mil euros a menos, o que é manifestamente insuficiente. -----

Concluindo, devemos, neste momento, diferenciar a parte financeira da parte operacional porque uma coisa são os números e outra é a vida das pessoas. E o que os odivelenses continuam a perceber é que a prestação dos serviços no seu dia a dia é deficiente. -----

Eram 12h15m, quando o Senhor Presidente declarou encerrada a Reunião, dela tendo sido lavrada a minuta da ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos. -----

Com base na acima referida Minuta, foi lavrada a presente Ata, que depois de lida e aprovada pela Câmara Municipal, vai ser assinada pelo Sr. Presidente, Hugo Martins e por Hernâni Boaventura, Diretor Municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



(Hugo Martins)

O Diretor Municipal:



(Hernâni Boaventura)